

AVELAR, Juanito & Dinah CALLOU. 2007. "Sobre a Emergência do Verbo Possessivo em Contextos Existenciais no Português Brasileiro". In: CASTILHO, Ataliba et al. (orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Pontes. 375-402.

## **SOBRE A EMERGÊNCIA DO VERBO POSSESSIVO EM CONTEXTOS EXISTENCIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Juanito Avelar (UNICAMP)  
Dinah Callou (UFRJ)

Há um tempo atrás, participei de um diálogo com um colega de Portugal, diálogo esse em que se percebe claramente a distância gramatical entre as duas variedades do português:

- a. João: – Tem uma tesourinha?
- b. Mary: – Tem.
- c. João: – ‘Tem’, não. ‘Tenho’.
- d. Mary: – Não, é ‘tem’ mesmo.

*Mary Kato* 2004:261,  
na Introdução de  
*Desvendando a Gramática do Português Brasileiro*

### **Introdução**

Neste trabalho, propomos que a entrada de *ter* em domínios de *haver* no português brasileiro se encaixa num conjunto mais amplo de mudanças que, conforme destacado por Tarallo 1996:99, permitiu ao falante do português no Brasil, ao final do século XIX, ‘estar de posse de sua própria língua/gramática’. Com base numa visão não-lexicalista (Harley & Noyer 2003) para a versão minimalista de Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1995), sugerimos que um dos fatores desencadeadores da mudança consiste na existência de uma mesma estrutura subjacente para as construções possessivas, copulativas e existenciais (Freeze 1992, Hornstein, Rosen & Uriagereka 2002). Defendemos que o surgimento de condições intralingüísticas específicas culminou na falta de evidências suficientemente robustas para que uma ou mais gerações de indivíduos, no processo de aquisição da língua, pudesse interpretar um verbo como possessivo ou existencial quando diante de sentenças resultantes dessa estrutura subjacente. Para as mudanças em torno do verbo *ter* no português brasileiro, tais condições teriam resultado do enfraquecimento da concordância, processo que pode ter conduzido, num primeiro momento, ao desaparecimento de *pro*-referencial, e, posteriormente, de *pro*-expletivo. Sem *pro*-referencial, o falante ficou impossibilitado de interpretar como possessiva boa parte das sentenças em que *ter* ocorre com sujeito nulo, e se viu obrigado a reanalisá-las como construções existenciais, que dispensam a instanciação de um sujeito pleno. Já a exclusão de *pro*-expletivo do sistema pode ter levado à supressão do uso de *haver*, cuja ocorrência dependeria da presença dessa categoria nula na sentença.

O estudo vem dividido da seguinte forma: na seção 1, estabelecemos as questões que nortearão o debate, considerando estudos recentes que propõem o compartilhamento de uma mesma estrutura de base para as construções com verbos estativos funcionais do tipo *ter*, *haver*, *ser* e *estar*; na seção 2, seguindo propostas como as de Clark & Roberts 1993 em torno do processo de aquisição, esboçamos uma formalização para tratar, em termos paramétricos, as diferenças na disposição de tais verbos ao longo da história do português. Ainda nessa seção, inserimos a questão acerca de como enxergar as mudanças em foco a partir de um modelo que destaque as condições intralingüísticas como um fator determinante para as tomadas de decisão do falante no processo de aquisição da sua gramática; na seção 3, analisamos dados e apresentamos números em torno da variação entre *ter* e *haver* na história do português, destacando os chamados ‘contextos opacos’ com o verbo *ter*, que podem ter sido a via de acesso deste item para os domínios de *haver*; na seção 4, apresentamos, em linhas gerais, a proposta desenvolvida por Avelar 2004 para o tratamento de *ter* e *estar* como realizações diferenciadas de uma mesma categoria verbal abstrata; na seção 5, partindo do quadro disposto na seção 4, argumentamos que a emergência de *ter* e a supressão de *haver* em contextos existenciais do português brasileiro se deve, em grande parte, a mudanças mais amplas que culminaram nas restrições para o licenciamento do sujeito nulo, em função do enfraquecimento da concordância nesta língua (Duarte 1995, Ferreira 2000, Rodrigues 2002); na seção 6, concluímos a discussão.

### **1. Relações entre construções possessivas e existenciais**

Na linha de propostas como as de Benveniste 1966 e Lyons 1968, têm sido recorrentes as análises que procuram explicar certas propriedades de construções possessivas, copulativas/estativas e existenciais dentro de uma abordagem comum para pelo menos dois desses padrões sentenciais. Autores como Freeze 1992, Kayne 1993 e Ouhalla 1998, por exemplo, propõem que o verbo possessivo seja resultado da incorporação de uma categoria abstrata ao verbo copulativo, itens a partir dos quais seria construída a significação de posse. Freeze 1992, em particular, observa um conjunto de línguas das mais diversas famílias para mostrar a existência de paralelismos temáticos entre esses padrões frasais: embora as expressões sentenciais para posse, cópula e existência possam demonstrar diferenças quanto à ordem de constituintes e ao emprego de uma forma verbal específica, tais diferenças não atuam necessariamente como um fator de distinção semântica. Hornstein, Rosen & Uriagereka 2002, seguindo os autores supracitados, ilustram com clareza essa propriedade, ao comparar sentenças do inglês como *There is a Ford T engine in my Saab* e *My Saab has a Ford T engine*. Uma das interpretações possíveis para a construção existencial, com *there to be*, é a mesma veiculada pela

construção com *to have*: a de que existe um objeto específico guardado no interior do carro. Apesar de o constituinte que faz referência ao carro demonstrar posições e funções sintáticas diferenciadas em uma e outra sentença, e de os verbos empregados em um e outro caso serem formas distintas, a relação semântica entre *a Ford T engine* e *my Saab* é preservada. Considerando essa identidade semântica, os autores argumentam que a construção existencial/copulativa e a possessiva derivam de uma mesma base subjacente, com *have* consistindo na superficialização da cópula quando incorporada a uma categoria abstrata.

Para o português brasileiro, adotando uma visão não-lexicalista para a versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros, Avelar 2004 propõe que o paralelismo temático entre construções com *ter*, *ser* e *estar* resulta do fato de os três itens serem realizações morfológicas possíveis para uma mesma categoria verbal (ver as seções 3 e 4).<sup>1</sup> Paralelismos como os observados entre as sentenças que seguem em (1)-(3) seriam determinados pela existência de uma mesma base derivacional para as expressões de existência, cópula e posse, construídas em torno de um mesmo predicador abstrato. A realização do verbo como *ter*, *ser* ou *estar* dependeria de condições configuracionais específicas nas quais os traços correspondentes à categoria abstrata viessem a se encontrar.

- (1)
  - a. Tem vários partidos da direita contra as políticas sociais do governo.
  - b. Vários partidos da direita são/estão contra as políticas sociais do governo.
  - c. A direita tem vários partidos contra as políticas sociais do governo.
- (2)
  - a. Tinha poucos professores da universidade no congresso.
  - b. O congresso tinha poucos professores da universidade.
  - c. A universidade tinha poucos professores no congresso.
  - d. O congresso estava com poucos professores da universidade.
  - e. A universidade estava com poucos professores no congresso.
- (3)
  - a. Vai ter muita comida na festa que o aniversariante vai dar.
  - b. A festa que o aniversariante vai dar vai ter muita comida.
  - c. A festa que o aniversariante vai dar vai ser com muita comida.

Se estiver correta, esta linha de raciocínio endereça pistas promissoras para a compreensão do percurso demonstrado por construções possessivas, copulativas e existenciais na história do português. Uma pista óbvia diz respeito às mudanças em torno de *ter*, *haver*, *ser* e *estar* ao longo da evolução da língua, que podem, num certo sentido, ter sido determinadas não apenas

---

<sup>1</sup> Em Avelar 2004, não se incluem as sentenças com *haver* do português brasileiro no paradigma das construções analisadas. Como ressaltado pelo autor, “embora *haver* ainda ocorra entre as existenciais, é inegável que *ter* seja o verbo prototípico para a expressão de existência no português brasileiro contemporâneo, ponto consensual entre falantes dos mais diversos dialetos desta língua” (p. 7). Nas seções 3 e 5 deste trabalho, abordamos esta questão, propondo que *haver* deixou de ser um verbo existencial funcional (posto agora ocupado por *ter*) para se tornar um verbo existencial substantivo (da mesma forma que outros verbos apresentativos/existenciais da língua, como *aparecer*, *ocorrer*, *acontecer*, *existir* etc.).

pelo compartilhamento de propriedades sintático-semânticas entre as sentenças integradas por esses itens, mas também pelo fato de os quatro verbos consistirem na superficialização da mesma categoria verbal. Até o século XIII, a disposição dos verbos entre os tipos sentenciais em questão era idêntica à que observamos atualmente em línguas como o inglês: um único verbo para a expressão de existência, estado permanente e estado transitório – *seer*, como indicado em (4) – e um verbo diferenciado nas expressões possessivas – *aver*, como nas construções em (5) (Mattos e Silva 1997).

- |     |  |                           |
|-----|--|---------------------------|
| (4) | a. não <i>foi</i> quem pudesse...        | (Mattos e Silva 1997:262) |
|     | b. seen empeço d’ome que <i>seja</i> ... | (Mattos e Silva 1997:262) |
|     | c. que de Deus <i>é</i> madre e filha    | (Mattos e Silva 1997:260) |
|     | d. o imigo <i>era</i> na praça...        | (Mattos e Silva 2002:111) |
| (5) | a. quanta herdade eu <i>ey</i>           | (Mattos e Silva 1997:270) |
|     | b. Ele non pôde <i>aver</i> remedio      | (Mattos e Silva 1989:591) |

Os dados apresentados por Mattos e Silva 1997 para o século XIII evidenciam que, já naquele período, *aver* estava em pleno processo de ‘invasão’ dos espaços de *seer* existencial; no século XVI, o primeiro já era o verbo prototípico para a expressão de existência em português. Entre as possessivas, *teer*, que até o século XIII parecia funcionar como um verbo pleno, inicia seu processo de superposição a *aver*, tornando-se o verbo possessivo categórico entre os séculos XV e XVI. No português brasileiro, *ter* passou a dividir com *haver* a função de item existencial, manifestando-se, pelo menos na modalidade oral, como o item mais freqüente para a expressão de existência nessa língua (Franchi, Negrão & Viotti 1998, Callou & Avelar 2000). *Star*, que no século XIII também apresentava características de verbo pleno, passa a dividir com *seer* a expressão (locativa ou atributiva) de transitoriedade, superposição que parece se completar no século XVI.

Neste estudo em particular, vamos nos concentrar na emergência do verbo possessivo em contextos existenciais no português brasileiro, refletindo sobre possíveis fatores desencadeadores dessa mudança. Como base para as reflexões, assumiremos as relações entre construções possessivas e existenciais, tal como estabelecidas nas análises propostas por Freeze 1992, Kayne 1993, Hornstein, Rosen & Uriagereka 2002 e Avelar 2004. Especificamente, abordaremos duas questões:

- (6) que condições intralingüísticas podem ter determinado a fixação do verbo possessivo em contextos existenciais?
- (7) por que razão essa fixação se operou no português brasileiro, mas não no português europeu?

Ressaltamos desde já que não ambicionamos apresentar respostas definitivas para qualquer das questões. Conclusões mais sistemáticas somente seriam possíveis após um levantamento

satisfatório de dados de períodos diversos, bem como de uma compreensão mais sólida acerca de fatos lingüísticos mais gerais que possam estar relacionados, direta ou indiretamente, à mudança em foco (por exemplo, questões associadas à ordem dos constituintes e movimento do verbo na história do português, tratadas em estudos como os de Torres Morais 1996 e Ribeiro 2001). Nossa intenção se limita à exposição de algumas idéias que poderão contribuir para as investigações em torno de mudanças na história do português, paralelamente à busca de possíveis propriedades universais determinadoras do rumo tomado por uma língua em sua evolução.

Às duas questões lançadas acima, podemos relacionar uma terceira, cuja essência permeia a série de estudos desenvolvidos por Mary Kato, a homenageada desta coletânea: como pensar a entrada do verbo possessivo em ambientes existenciais em termos de aquisição da linguagem? Este ‘como pensar’ claramente significa um ‘como formalizar’, tomando como ponto crucial a questão da aquisição de uma língua, talvez num sentido que possa ser incluído na agenda de investigação proposta por Fernando Tarallo e Mary Kato, dentro do que se convencionou chamar de *Sociolingüística Paramétrica* (rótulo, aliás, que Mary Kato considera ‘infeliz’ (Kato 2004:262)). A tentativa de integrar o resultado de pesquisas variacionistas que envolvam mudança lingüística aos pressupostos mais gerais da Teoria de Princípios e Parâmetros rendeu estudos relevantes ao longo da década de 90, detalhando facetas do português brasileiro (e de sua história) que até então eram referidas de modo pouco elucidativo (Roberts & Kato 1996, Kato 2004). Essa integração tem marcado os estudos que Callou & Avelar 2000, 2002, 2003 vêm desenvolvendo em torno das sentenças existenciais e possessivas do português e, da mesma forma, será a tônica do presente trabalho.

Também vamos nos valer dos desdobramentos mais recentes da Morfologia Distribuída (Harley & Noyer 2003, Embick 2003), interessando-nos mais diretamente a idéia de que categorias funcionais entram na computação sintática sem qualquer matriz fonológica. Se tratarmos *ter*, *ser*, *haver* e *estar* como itens funcionais, teremos, por extensão, de assumir que a inserção das matrizes fonológicas desses itens se dará apenas após o processamento sintático, no caminho para a Forma Fonológica. *Grosso modo*, isso quer dizer que a sintaxe não trabalha com *ter*, *ser*, *haver* ou *estar*, mas com categorias abstratas que apenas recebem sua roupagem fonológica num momento pós-sintático da computação. Em um quadro como esse, a idéia de que o verbo possessivo contém o verbo copulativo em sua formação, nos termos propostos por Freeze 1992 e Kayne 1993, ganha uma nova dimensão: podemos afirmar que uma mesma categoria abstrata recebe matrizes fonológicas diferenciadas (*have* ou *be*, *avoir* ou *être*, *ter* ou *ser/estar/haver*); a escolha de uma ou outra matriz vai depender de certas condições estruturais verificadas pelo sistema quando o processo de inserção dos itens vocabulares funcionais se opera.

Uma abordagem nestes termos traz conseqüências diversas para a análise das mudanças que envolvem o verbo possessivo e o verbo existencial na história do português. Considerando a mudança no português antigo, por exemplo, a indagação adequada, num nível técnico, não mais seria acerca do porquê de *aver* ter substituído *seer* como verbo existencial, mas sim, o porquê de a matriz fonológica correspondente a *seer* ter deixado de ser inserida em contextos existenciais, dando vez à matriz fonológica que ocorria em contextos possessivos. Isso quer dizer que, na tentativa de compreender o processo em questão, talvez não seja conveniente circunscrever a análise das mudanças a uma modificação no valor semântico-lexical de *seer* e *aver*, mas assumir o fato lingüístico como resultado de alterações substanciais sobre os requerimentos para a inserção da matriz fonológica de *seer* e *aver* após a computação sintática. O mesmo se aplica para os fatos que observamos em torno de *ter* e *haver* no português brasileiro: por que razão a matriz fonológica correspondente a *ter* passou a ser a preferencial nos casos em que a categoria verbal abstrata se encontra num ambiente existencial? As questões propostas em (6) e (7) passarão, então, por considerações empíricas nos seguintes termos: a perda de *seer* ou *haver* como verbo existencial canônico em diferentes fases do português não consistiu na perda ou no empobrecimento das funções de um item lexical, mas na modificação das condições de inserção de uma matriz fonológica específica dentro de um determinado contexto, por parte de um indivíduo (ou de vários indivíduos de uma (ou mais) geração(ões)) durante o processo de aquisição da língua. Apontar possíveis causas para essa modificação é o objetivo deste trabalho.

## **2. Propondo um algoritmo para a aquisição dos itens copulativo, possessivo e existencial**

Relacionando seleção natural e mudança lingüística, Clark & Roberts 1993 propõem que a aquisição da linguagem pode ser reduzida, em termos teóricos, a um processo algorítmico que permite à criança atribuir valores específicos aos parâmetros da Gramática Universal. Nesse sentido, qualquer mudança lingüística é efetivada quando se converge para um sistema gramatical que difere, pelo menos em um valor paramétrico, do sistema internalizado pela geração que fornece *input* para a aquisição. É plausível considerar, nesta linha de raciocínio, que os parâmetros podem ser reduzidos à ativação ou não de certas propriedades em núcleos funcionais. O algoritmo proposto por Clark & Roberts 1993 deve capturar essa restrição licenciando a elaboração de hipóteses acerca dessas propriedades, por parte da criança, basicamente sobre a natureza dos traços que o núcleo comporta. Dentro dessa generalização, a mudança lingüística se opera quando a criança atribui um valor  $v_i$  para uma propriedade de um núcleo funcional (portanto, para o parâmetro), diferente do valor  $v_j$  atribuído ao mesmo núcleo pela população que disponibiliza o *input*.

À primeira vista, modelos como os de Clark & Roberts 1993 não seriam adequados para explicar a natureza de mudanças envolvendo *aver/haver*, *teer/ter*, *seer/ser* e *star/estar*. Para esses itens, parece entrar em jogo não a marcação de propriedades de núcleos funcionais, mas alterações no conteúdo lexical veiculado por cada forma, sem qualquer causa e/ou conseqüência de ordem paramétrica. Trata-se, aparentemente, de uma mudança que nada tem a ver com mecanismos sintáticos, mas que se opera apenas na dimensão semântico-lexical. Contudo, se hipóteses como as de Freeze 1992, Kayne 1993 e Avelar 2004, apontadas na seção anterior, estiverem corretas, a realização de *ter*, *haver*, *ser* e *estar* deve estar intrinsecamente condicionada a operações computacionais (como as possibilidades de incorporação de uma categoria abstrata ao verbo copulativo), e não à simples especialização de uma forma verbal específica em um determinado tipo sentencial. Em Avelar 2004, por exemplo, propõe-se que *ter*, *ser* e *estar* são roupagens fonológicas diversas para um mesmo feixe de traços, com a escolha de uma dessas formas sendo determinada pela posição estrutural de certos núcleos funcionais durante o processo de inserção vocabular. Nesse sentido, as mudanças em questão ao longo da história do português podem ter uma base morfossintática e, dessa forma, ‘merecem uma chance’ de ser abarcadas por modelos como os de Clark & Roberts 1993.

Na tentativa de esboçar uma análise próxima à proposta por esses autores, assumamos que a categoria verbal abstrata subjacente à realização de *ter*, *haver*, *ser* e *estar* em português ou de *be* e *have* no inglês pode se superficializar com quatro valores constantes entre as diferentes línguas naturais – **existência**, **estado transitório**, **estado permanente** e **posse**. Podemos então formular um parâmetro (ou, pelo menos, um dispositivo de análise similar à noção de parâmetro, cuja operacionalidade capture valores possíveis de marcação no processo de aquisição da língua) composto por um bloco com quatro possibilidades: (1) o verbo de estado transitório pode apresentar a mesma matriz fonológica que a do existencial, (2) o verbo de estado permanente pode apresentar a mesma matriz fonológica que a do existencial, (3) o verbo de posse pode apresentar a mesma matriz fonológica que a do existencial, (4) o verbo de estado transitório pode apresentar a mesma matriz fonológica que a de estado permanente. Atribuindo 1 para SIM e 0 para NÃO a cada possibilidade, temos o quadro em (9) adiante, que codifica binariamente as informações constantes do quadro em (8). Dentro dessa formalização, o português europeu e o espanhol seriam línguas 0000, quanto à similaridade/diferença de matriz fonológica entre as possibilidades do paradigma; o francês e o português brasileiro teriam em comum os valores correspondentes aos três primeiros sub-blocos – 001 – mas iriam se diferenciar quanto ao último – 1 para o francês e 0 para o português brasileiro; o inglês e o alemão seriam caracterizados como línguas 1101; o finlandês, o hindi e o húngaro, por apresentarem uma mesma forma verbal para

os quatro padrões sentenciais, iriam compor o conjunto das línguas 1111, que polariza com as situações do português europeu e do espanhol.<sup>2 3</sup>

(8)

	EXISTENCIAL	TRANSITORIO	PERMANENTE	POSSESSIVO
<b>PB</b>	ter	estar	ser	ter
<b>PE</b>	haver	estar	ser	ter
<b>ESPAÑHOL</b>	haber	estar	ser	tener
<b>FRANCÊS</b>	avoir	être	être	avoir
<b>INGLÊS</b>	be	be	be	have
<b>ALEMÃO</b>	sein/geben	sein	sein	haben
<b>FINLANDÊS</b>	olla	olla	olla	olla
<b>HINDI</b>	hona	hona	hona	hona
<b>HÚNGARO</b>	van	van	van	van

(9)

	TRANSITÓRIO = EXISTENCIAL	PERMANENTE = EXISTENCIAL	POSSESSIVO = EXISTENCIAL	PERMANENTE = TRANSITÓRIO
<b>PB</b>	0	0	1	0
<b>PE</b>	0	0	0	0
<b>ESPAÑHOL</b>	0	0	0	0
<b>FRANCÊS</b>	0	0	1	1
<b>INGLÊS</b>	1	1	0	1
<b>ALEMÃO</b>	1	1	0	1
<b>FINLANDÊS</b>	1	1	1	1
<b>HINDI</b>	1	1	1	1
<b>HÚNGARO</b>	1	1	1	1

<sup>2</sup> Para um quadro mais completo sobre as possibilidades num conjunto de línguas de diversas famílias, encaminhamos o leitor para o trabalho de Clark 1978.

<sup>3</sup> Além desses quatro valores, a formalização pode ainda contar com outros dois: POSSESSIVO=PERMANENTE e POSSESSIVO=TRANSITÓRIO. Muitas línguas não possuem um verbo inerentemente possessivo; uma das possibilidades para a construção da sentença possessiva passa a ser então a realização do verbo copular ou locativo (indicando estado permanente ou transitório), geralmente associado a uma categoria relacional com valor locativo ou comitativo. É o caso, por exemplo, de línguas como o kamaiurá, que associa a cópula *-eko* 'ser, estar' ao prefixo *-ero-*, de valor 'causativo, comitativo' (Seki 2000:304) em suas sentenças possessivas. O kamaiurá, nesse sentido, seria tomado como uma língua 11 para os dois valores respectivos. Embora relevantes para uma compreensão mais geral do que estamos propondo, deixamos de lado essas duas possibilidades, para efeitos de simplificação.



Podemos aplicar esse aparato aos fatos observados na evolução do português. Os quadros em (10)-(11) a seguir ilustram, nos mesmos moldes que em (8)-(9), as mudanças em torno de *aver/haver*, *teer/ter*, *seer/ser* e *star/estar* em diferentes estágios. O português antigo mudou da condição 1101, idêntica ao do inglês contemporâneo, para 0000, preservada no português europeu até os dias atuais. Essa situação é a verificada para o português no Brasil até, pelo menos, a primeira metade do século XIX, quando *ter* começa a ser inserido em contextos existenciais; a mudança parece encaminhar, no século XX, para a exclusão de *haver* como categoria funcional da modalidade oral desta língua (ver seção a 3), que passa então a ser caracterizada como 0010.

(10)

	EXISTENCIAL	TRANSITORIO	PERMANENTE	POSSESSIVO
... – SÉC XIII	seer	seer	seer	aver
SEC XIII – XVI	seer / aver	seer / estar	seer	aver / teer
PE XVI - XX	haver	estar	ser	ter
PB SEC XIX - XX	haver / ter	estar	ser	ter
PB SEC XX	ter	estar	ser	ter

(11)

	TRANSITÓRIO = EXISTENCIAL	PERMANENTE = EXISTENCIAL	POSSESSIVO = EXISTENCIAL	PERMANENTE = TRANSITÓRIO
... – SÉC XIII	1	1	0	1
PE XVI - XXI	0	0	0	0
PB SEC XVI - XIX	0	0	0	0
PB SEC XX - XXI	0	0	1	0

No que diz respeito ao valor de POSSESSIVO=EXISTENCIAL, notemos que o quadro para o português europeu fixado no século XVI corresponde ao mesmo que ocorria até o século XIII: a matriz fonológica do verbo existencial mudou de *seer* para *aver*, sem que o segundo tenha permanecido como verbo possessivo, que passou então a ser categoricamente realizado como *ter*. Ou seja, o valor permaneceu como 0 na passagem de um estágio para outro, mesmo havendo alteração de matrizes fonológicas. Já no português brasileiro, o valor POSSESSIVO=EXISTENCIAL tomou caminho diverso: uma vez que *ter*, mesmo após entrar em contextos existenciais, permaneceu como o item que integra as construções possessivas, a matriz fonológica do verbo existencial passou a ser mesma que a do verbo possessivo. O português brasileiro alterou, portanto, de 0 para 1 o valor respectivo.

Agora, se tentarmos enxergar esses fatos no interior de um modelo preocupado com o processo de aquisição, dentro de uma visão não-lexicalista para a Teoria de Princípios e Parâmetros, podemos atrelar àquelas indagações em (6) e (7) as questões seguintes:

- (8) Por que o aprendiz do português antigo/clássico alterou a matriz fonológica do verbo existencial (de *seer* para *aver*), sem alterar o valor de POSSESSIVO=EXISTENCIAL (ou seja, excluiu a matriz fonológica de *aver* para dar lugar à de *teer* em contextos existenciais)?
- (9) Por que o aprendiz do português brasileiro no século XIX iniciou o processo de alteração da matriz fonológica do verbo existencial (de *haver* para *ter*), culminando também na alteração do valor de POSSESSIVO=EXISTENCIAL (ou seja, a matriz fonológica de *ter* permanece em contextos possessivos, sem existir outra matriz fonológica (pelo menos à primeira vista) que ameace sua hegemonia)?

Sobre o português antigo, a transformação do verbo possessivo em um item existencial, bem como a exclusão absoluta de *seer* dos contextos existenciais, permanecem, até aqui, com causas bastante obscuras. Possíveis respostas para a questão em (8) vão depender da compreensão de fenômenos mais gerais caracterizadores do português em estágios anteriores, dos quais não nos ocuparemos neste trabalho. Sobre a matéria, estudos diacrônicos como os desenvolvidos por Mattos e Silva 1989, 1997, 2002, Ribeiro 1996 e Viotti 1998 em torno de verbos funcionais podem ser diretivos na tentativa de elucidar a questão. Diferentemente, como veremos a partir das próximas seções, a resposta para (9) parece-nos menos obscura: a causa da substituição de *haver* por *ter* pode estar num conjunto amplo de mudanças, originadas pelo enfraquecimento da concordância, observadas no português brasileiro a partir do século XIX (Duarte 1995, Tarallo 1996, Galves 1996, 2001). Dentre as mudanças, uma possibilidade é a exclusão de certas categorias de dentro da gramática desta língua que permitiam ao aprendiz interpretar ‘adequadamente’ – ou seja, da mesma forma que a interpretação fornecida pelos fornecedores do *input* – as construções com *ter* e *haver*. Nossa hipótese é a de que a emergência do primeiro e a supressão do segundo em contextos existenciais seja consequência das mudanças desencadeadas pelo empobrecimento do paradigma flexional, matéria da qual nos ocuparemos mais adiante.

### **3. *Ter*, *haver* e contextos opacos**

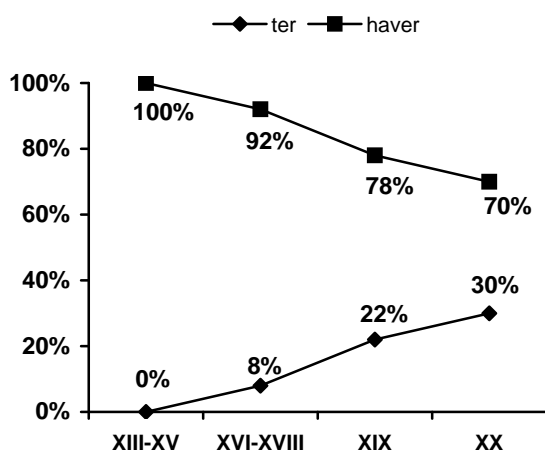
Estudos como os de Callou & Avelar 2000 confirmam quantitativamente que, na modalidade oral do português brasileiro contemporâneo, *ter* é o existencial prototípico: num conjunto de 1573 construções existenciais, extraídas de entrevistas com indivíduos de nível superior nas décadas de 70 e 90, a frequência de *ter*, em 73%, supera a uma larga distância a de *haver*. Considerando os falantes mais jovens da década de 90 (entre 25 e 35 anos de idade), o

percentual chega a 98%, com a ocorrência de *haver* ficando restrita a casos em que o constituinte pós-verbal consiste em nomes abstratos, em construções como as que seguem.

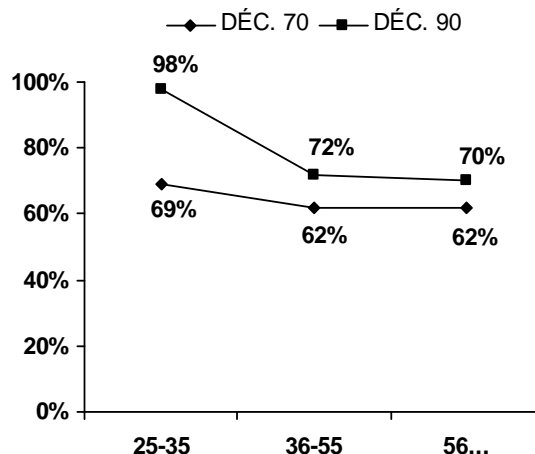
- (10) ‘não *há vantagem* assim de imediato’
- (11) ‘não *há tempo* para que ele participe de atividades’
- (12) ‘quando *há possibilidade* de combinar’
- (13) ‘parece que *há problemas*’

Callou & Avelar 2000:93

É possível que, no português brasileiro, *haver* tenha deixado de ser um *existencial funcional*, papel hoje ocupado exclusivamente pelo verbo *ter*, para se tornar um *existencial substantivo*, do tipo *existir, aparecer, acontecer etc.* Se esta hipótese estiver no caminho certo, nos termos teóricos que estamos assumindo, a nova condição implica que a matriz fonológica do verbo *haver* passou a ser inserida na derivação durante a computação sintática, e não no processo de inserção vocabular que se efetiva pós-sintaticamente (ver as seções 1 e 4). Na modalidade escrita, contudo, *haver* continua a ser mais freqüente que *ter*. O gráfico na Figura 1 a seguir mostra a freqüência dos dois verbos em textos escritos ao longo de oito séculos do português.



**Figura 1:** Percentual de *ter* e *haver* do século XIII ao século XX, considerando-se dados de textos produzidos exclusivamente no Brasil a partir do século XIX. (Informações obtidas a partir dos trabalhos de Mattos e Silva 1989,1996,1997 para as séculos XIII-XVI, Eleutério 2003 para o século XVII e Callou & Avelar 2000,2002,2003 para os séculos XVIII-XX)



**Figura 2:** Freqüência de uso do *ter* por faixa etária na fala culta carioca, nas décadas de 70 e 90. (Fonte: Callou & Avelar 2000, p. 94)

Com relação ao século XIX, é provável que, na modalidade oral do português brasileiro, a freqüência de *ter* entre as existenciais fosse bem maior que o percentual indicado na Figura 1, de 22%. Conforme a observação de Júlio Ribeiro, importante gramático da época, o uso de *ter* vinha “se tornando geral no Brasil, até mesmo entre as pessoas ilustradas” (Ribeiro 1914:296). Para efeitos de comparação, é importante ressaltar que os índices do século XX no mesmo gráfico correspondem a dados extraídos de textos produzidos na última década, período para o qual

sabemos que o percentual de *ter* na linguagem falada é absolutamente maior que o de *haver*, como se pode observar no gráfico da Figura 2. Nas três faixas etárias consideradas, *ter* consiste no verbo mais freqüente, tanto na década de 70 quanto na de 90, condição oposta à que se detecta na modalidade escrita do mesmo período. É provável que uma situação paralela esteja ocorrendo durante o século XIX, com o conservadorismo da escrita deixando de refletir as tendências mais fortes da modalidade oral.

Um outro ponto a ser destacado diz respeito ao *status* existencial das construções com *ter* entre os séculos XVI e XVIII. Os casos detectados nesse período estão entre os que podemos chamar de ‘contextos opacos’, nos quais a estrutura com *ter* mostra uma ambigüidade entre a expressão existencial e a expressão possessiva. São casos como os que seguem em (14)-(18) a seguir, extraídos de documentos do século XVII.

- (14) ...e asim diserão **elles** doadores que tinham e em caza tres crianças emgeitadas que **elles** criarão Manoel Jozeph Pascoal os quais *emcomendão* aos Religiozos seos herdeiros os tenham debaixo de sua propteção e os dotrinem como filhos juntamente com os mamalucos forros que em sua caza tem, em fé do qual assim o outrogarão,... – texto notarial/1632
- (15) e assim ia que não pode tratarse do pasado deuia **a Sancta Caza da Mizericordia** [...] ver as desconueniencias que tinha. – texto notarial/1691
- (16) O Padre Prior e mais Religiozos do conuento do Carmo desta çidade do Rio de Janeiro [dis] que ao dito Convento deo em capella com obrigaçons de missas, e outros legados de **Pedro Luis Ferreira** huas terras que tem em o Rio Sorohy – texto notarial/1620
- (17) pello dito Capitam Sebastião Mendes da Silveira me foi dito em prezença delle testemunhas ao diante nomeadas e assignadas, que **elle** esta de posse paçifica do Emgenho e terras que tinha na guaratiba – texto notarial/1660
- (18) O Padre Prior e mais Religiozos do Conuento de Nossa Senhora do Carmo [dis] que elles querem comesar as obras de sua Igreja o que he bem e honrra da terra por ser templo donde concorre toda a gente della e hora tem huã pedreira aberta em huma Ilha que esta no mar da Ilha de Sam Bento e hora se não sabe ter *Senhor* – texto notarial/1619

(dados de textos notariais do século XVII, disponibilizados por Sílvia Eleutério (ver Eleutério 2003))

Se oferecermos a essas construções um juízo com base na gramática do português brasileiro contemporâneo, a interpretação preferencial (e, talvez para boa parte dos falantes, a interpretação única) para todos as construções destacadas é aquela em que *ter* integra uma construção existencial, e não uma construção possessiva. Contudo, se apresentadas a um falante do português europeu contemporâneo, as mesmas construções serão interpretadas como casos de expressão possessiva. Notemos ser possível indicar um sujeito para *ter* em qualquer dos casos:

em (14), o possuidor de *casa*, referenciado pelos pronomes *elles* e *sua*; em (15), a *Santa Casa da Misericórdia*; em (16), *Pedro Luís Ferreira*; em (17), o indivíduo referenciado por *elle*; em (18), surgem três candidatos: *o Padre Prior e os mais Religiosos do Convento, sua Igreja e a terra*. Essa mesma opacidade fica evidenciada no juízo de um falante do português brasileiro contemporâneo quando diante de construções do português europeu falado, em casos como os seguintes.

(19) e depois fomos para **UMA TASCA**, meu, que era espectacular. então é **AQUELA TASCA** que eu já te contei, que era: tipo u[...], uma garagenzinha, estás a ver, e tinha uns bancos de madeira, tipo, umas tábuas de madeira em cima de tijolos (Década de 90 / Faixa Etária 1 - Culto)

(20) #I - um shotezinho. aquilo era tão doce! sabia mesmo bem. aquilo era óptimo. depois assim], por trás desse balcãozinho que havia, tinha a cozinha da mulher, que aquilo  
#D - hum, hum.

#I - era o resto dA **CASA DA MULHER**.

#D - pois, exacto.

#I - portanto tinha a cozinha, tinha a mesa da cozinha, tinha o frigorífico, tinha as canecas penduradas, tinha as folhas do louro, tinha, tinha as suas compotas do mel e não sei quê e depois o mais giro era que dentro da cozinha estava mais pessoal que era cliente. (Década de 90 / Faixa Etária 1 - Culto)

(21) A: pois... E são esses os instrumentos com que acompanham essa... o bailinho?

X: além da, da, do violino, que isso então eu (...).

A: violino?

X: violino, tem violino. O violino é um instrumento que se propagou no mundo todo como sabem, (...) não é. E então, **AQUELA GENTE MAIS MODESTA** também utilizava o violino, a flauta

A: sim.

X: e tem aquela árvore, que é a árvore de castanholas, ou brinquinho

A: isso eu ia perguntar-lhe!

(dados de falantes europeus, extraídos de inquéritos disponíveis em [www.lettras.ufrj.br/varport](http://www.lettras.ufrj.br/varport))

Para todas as sentenças com *ter* destacadas em tais casos, o falante do português europeu pode apontar um sujeito *possuidor*, foneticamente nulo, que pode ser co-referencial ao constituinte em caixa alta; diferentemente, um falante do português brasileiro as toma (equivocadamente) como frases existenciais. As restrições para o licenciamento de sujeito nulo parecem ser então a chave para compreendermos a atribuição generalizada de um *status* existencial, pelo falante do português brasileiro, a frases com *ter* em contextos específicos. Como apontado em Duarte 1995, o

português brasileiro contemporâneo reduziu drasticamente sua frequência de sujeito nulo referencial em relação ao português europeu, o que pode ser a causa das dificuldades para interpretar como possessivas as construções com *ter* sem um constituinte nominal expresso na posição pré-verbal. Para ilustrar essa dificuldade, retornemos à situação descrita por Mary Kato que apresentamos como epígrafe deste trabalho, repetida em (22) a seguir. O contexto envolve a produção do verbo *ter* num diálogo entre ela e um falante do português europeu.

- (22) a. João: – ‘Tem uma tesourinha?’  
b. Mary: – ‘Tem.’  
c. João: – “‘Tem’”, não. “‘Tenho’”.  
d. Mary: – Não, é “tem” mesmo. Kato 2004:261

No contexto, a realização de ‘Tem uma tesourinha?’ pelo João, detentor da gramática do português europeu, deveria corresponder à construção ‘Você tem uma tesourinha?’ para um detentor da gramática do português brasileiro. Ou seja, a inexistência de material fonético à frente do verbo *ter* deveria ser tomada, dentro das possibilidades do português europeu, como a instanciação de um sujeito nulo, co-referencial ao receptor da pergunta feita pelo João. Diferentemente, na interpretação oferecida por Mary a mesma frase só pode ser parafraseada como ‘Há/Existe algum X que possa ser disponibilizado para mim?’, conseqüência da aparente dificuldade, para a brasileira, em licenciar um sujeito nulo referencial na posição requerida. A resposta ‘Tem’ causa surpresa ao português, uma vez que sua expectativa era ouvir algo como ‘(Eu) tenho’. As particularidades nas condições de licenciamento do sujeito nulo no português brasileiro podem, portanto, estar na base do processo que levou *ter* a ser interpretado como verbo existencial na história desta língua.

Retornemos aos contextos opacos do século XVII, apresentados anteriormente em (14)-(18). Para determinar o *status* existencial ou possessivo daquelas construções com *ter*, será necessário então saber se seu produtor era provido de uma gramática mais próxima da do João ou da Mary. Dada a presença maciça de *haver* em contextos existenciais nos textos desse período, fato que não mais caracteriza o português brasileiro contemporâneo, parece-nos incontestável que *ter*, no português seiscentista, era interpretado da mesma forma que no português europeu contemporâneo. Como já foi apontado, a dificuldade do brasileiro em aceitar um sujeito nulo associado a *ter* pode resultar do fato de a sua gramática restringir a ocorrência de sujeito nulo em contextos que exijam a interpretação de um sujeito referencial. Restrições dessa natureza parecem ter início a partir da segunda metade do século XIX, fato que sabemos não ter paralelo no português europeu (ver, por exemplo, Duarte 1995, Tarallo 1996 e Kato 2004). Sendo este realmente o caso, a opacidade de ocorrências como aquelas em (14)-(18), e de tantas outras atestadas na literatura, é ilusória. A ilusão resulta de estarmos olhando e interpretando fatos de

uma gramática – a do português seiscentista – com critérios e parâmetros de uma outra gramática – a do português brasileiro contemporâneo. Conseqüentemente, o percentual de 8% de casos com *ter*-existencial entre os séculos XVI e XVIII (obtidos a partir de outros estudos feitos por Callou & Avelar), indicado no gráfico da Figura 1, é, antes, um índice que não atesta casos verdadeiros de *ter*-existencial, mas ocorrências genuínas de *ter*-possessivo que, sob o juízo de detentores da gramática do português brasileiro contemporâneo, se apresentam como casos de ambigüidade estrutural.

Portanto, os fatos de que dispomos ao longo de oito séculos de evolução do português indiciam que é apenas a partir do século XIX que se pode considerar *ter* um verbo existencial (para outras discussões, ver Callou & Avelar 2002, 2003). À luz do que apontamos na seção 1 acerca de um tratamento não-lexicalista para processos gramaticais, este ponto equivale formalmente à afirmação de que a matriz fonológica de *ter* passou a ser inserida em contextos existenciais apenas a partir do século XIX, por razões que precisam ser explicitadas. Nos termos do algoritmo de aquisição dos verbos estativos funcionais esboçado na seção 2, isto quer dizer que foi(ram) a(s) geração(ões) de aprendizes do português brasileiro no século XIX que alterou(aram) as especificações do sistema de 0000 para 0010. Retornamos à questão na seção 5.

#### **4. Uma abordagem não-lexicalista para as sentenças possessivas do português brasileiro**

Antes de esboçarmos, em termos técnicos, uma hipótese para a emergência de *ter* em contextos existenciais do português brasileiro, vamos apresentar a proposta desenvolvida em Avelar (em preparação) para as construções com *ter* e *estar*, na linha de propostas como as de Freeze 1992 e Kayne 1993. O quadro formal segue os pressupostos do Programa Minimalista (Chomsky 1995), sob uma visão não-lexicalista (Harley & Noyer 2003) que vem sendo proposta para os desdobramentos desse modelo, dentro do que vem se convencendo chamar de Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1993). O quadro será apresentado em termos bastante gerais, sem recorrermos a maiores evidências em torno da formalização proposta. Para um tratamento mais detalhado, encaminhamos o leitor para o trabalho de Avelar 2004.

Como ressaltamos na seção 1, as construções com *ter*, *ser* e *estar* no português brasileiro podem compartilhar paralelismos semânticos que sugerem ser esses três verbos realizações superficiais de uma mesma categoria abstrata subjacente (ver as sentenças apresentadas em (1)-(3), na seção 1). Consideremos particularmente os verbos *ter* e *estar*, em casos como os que seguem. Os casos com *ser* não serão aqui considerados, por apresentarem especificidades (um tanto complexas) cuja abordagem é desnecessária para os objetivos deste trabalho. Sobre este verbo em particular, dirigimos o leitor para o Capítulo 4 de Avelar 2004.

- (23) a. Tinha vários amigos meus na festa.  
 b. Vários amigos meus estavam na festa.  
 c. A festa tinha vários amigos meus.  
 d. A festa estava com vários amigos meus.  
 e. Eu tinha vários amigos (meus) na festa.  
 f. Eu estava com vários amigos (meus) na festa.
- (24) a. Tem alguns políticos do PFL insatisfeitos com o resultado das eleições.  
 b. Alguns políticos do PFL estão insatisfeitos com o resultado das eleições.  
 c. O PFL tem alguns políticos insatisfeitos com o resultado das eleições.  
 d. O PFL está com alguns políticos insatisfeitos com o resultado das eleições.

Em ambos os conjuntos de sentenças, embora a mudança de constituintes tenha de ser acompanhada geralmente por uma mudança na forma do verbo (de *ter* para *estar (com)*, ou vice-versa), o estado de coisas expresso nas existenciais em (23a) e (24a) é mantido. Considerando esta propriedade, podemos explorar a hipótese de que a estrutura da qual resulta a sentença existencial consiste no alicerce para a derivação das demais construções. Em outras palavras, será sobre um mesmo esqueleto que construções existenciais, possessivas, locativas e copulativas serão geradas, tal como na proposta de Freeze 1992. Se este quadro estiver correto, é necessário então determinar o que leva à realização de *ter* em algumas configurações, e de *estar* em outras.

Uma das razões apontadas por Avelar 2004 para o paralelismo semântico exibido entre as construções com *ter* e *estar* é exatamente o fato de os dois verbos serem originários de um mesmo feixe de traços abstratos. Vamos assumir que esses traços estão condensados na versão estativa de *v*, núcleo correspondente à categoria funcional *light verb*, proposta em Chomsky 1995 e largamente adotada nos estudos de base minimalista.<sup>4</sup> Uma vez assumido o arcabouço da Morfologia Distribuída, nos termos que apontamos na seção 2, a categoria *v* deverá entrar na computação sintática sem qualquer matriz fonológica. O esqueleto para a formação do paradigma sentencial em questão é dado como em (25) a seguir. A categoria verbal abstrata *v* toma como complemento a projeção de uma categoria com força predicativa (preposições semanticamente plenas, adjetivos, verbos gerundivos e participiais); na representação, essa projeção, que pode ser tratada como uma *small clause*, vem indicada como PredP.<sup>5</sup>

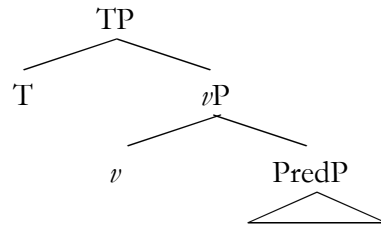
---

<sup>4</sup> Partindo de propostas como as de Larson 1988 e Hale & Keyser 1993, Chomsky 1995 assume *v* como uma categoria funcional, que toma o VP como complemento e pode abarcar em sua posição de especificador um constituinte nominal com interpretação agentiva. No Capítulo 3 de Hornstein, Nunes & Grohmann (a sair), o leitor encontra uma descrição do percurso teórico que culminou na assunção de *v* dentro do Programa Minimalista. No presente estudo, seguindo Avelar 2004, estamos assumindo que o *v* nas sentenças com *ter* e *estar* não toma um VP como complemento (ver a seção 4); esses verbos, assim como a cópula *ser*, devem consistir exclusivamente na manifestação fonológica da versão estativa de *v*, e não de *v*+V, como se costuma assumir para verbos semanticamente plenos da língua.

<sup>5</sup> Em Avelar 2004, propõe-se uma estrutura mais elaborada para a configuração dessa *small clause*, que é então tratada como projeção de uma categoria C(omplementizador), assumida com base na discussão



(25)



Considerando algumas daquelas construções em (23)-(24), PredP vai ser uma *small clause* cujo núcleo semântico é a preposição locativa *em* e o adjetivo *insatisfeito*, respectivamente, como indicado em (26a-b) a seguir.

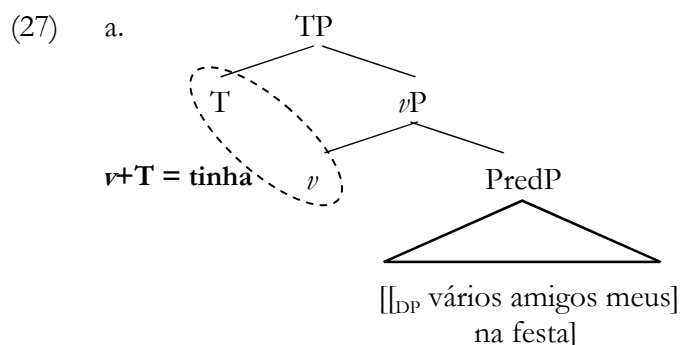
- (26) a. [<sub>PredP</sub> [<sub>DP</sub> vários amigos meus] [<sub>Pred'</sub> em [<sub>DP</sub> a festa]]  
b. [<sub>PredP</sub> [<sub>DP</sub> alguns políticos do PFL] [<sub>Pred'</sub> insatisfeitos [<sub>PP</sub> com o resultado das eleições]]

Detendo-se na estrutura em (26a), vamos ter a configuração em (27) adiante, correspondente a uma sentença existencial. A entrada da matriz fonológica de *v* – no caso, as informações de natureza fonológica que levam à realização de *ter* – somente entram na estrutura a caminho da Forma Fonológica, após ocorrer o processo de linearização da configuração hierárquica disponibilizada pela sintaxe.<sup>6</sup> Com *merge* entre T(empo) e *v*, a matriz fonológica de *ter* é selecionada e associada à que realiza a flexão de terceira pessoa do singular do pretérito imperfeito, resultando na realização de *tinha*. Ressaltamos que é irrelevante, para os objetivos do trabalho, definir se T e *v* sofrem *merge* ainda na sintaxe ou no caminho para a Forma Fonológica (para uma discussão sobre as duas possibilidades, ver Embick & Noyer 2001). A condição relevante é a de que ambas as categorias estejam adjacentes quando o processo de inserção vocabular se efetiva, não importando a forma como essa adjacência é atingida.

---

desenvolvida em Starke 1995. Para os nossos objetivos, é irrelevante tratar as *small clauses* em termos mais complexos, sendo suficientes as representações propostas em (26).

<sup>6</sup> Nas abordagens minimalistas, a operação a que se convencionou chamar *Spell-Out* determina o envio de traços semanticamente interpretáveis para o Componente Semântico, e o de traços fonologicamente interpretáveis para o Componente Fonológico. É irrelevante, para os nossos propósitos, se o sistema se vale de um único ou de vários *Spell-Outs*. Esta segunda possibilidade tem sido amplamente assumida nos desdobramentos mais recentes do Programa Minimalista (Chomsky 1999,2000,2001). O que deve ficar claro é que o processo de inserção vocabular das categorias funcionais, no modelo proposto pela Morfologia Distribuída, se dá pós-sintaticamente, no caminho para a Forma Fonológica. Dessa forma, as matrizes fonológicas de *ter* e *estar* (que estamos assumindo serem itens funcionais) não devem aparecer nem durante a computação sintática, nem no Componente Semântico. Nesses dois pontos, deve haver apenas *v*, a categoria *light verb*, em sua versão estativa, sem qualquer informação fonológica associada a ela.



Seguindo a proposta de Viotti 1999 sobre propriedades da posição de sujeito, vamos assumir que o traço não-interpretável EPP<sup>7</sup> (bem como o de Caso nominativo) em T é opcional no português brasileiro. Lembremos que a posição de especificador de uma categoria que suporta o EPP (denominação derivada de *Extended Projection Principle*) deve ser obrigatoriamente preenchida, condição sem a qual o traço não pode ser apagado, conduzindo ao fracasso da derivação. Tratando o traço EPP em T como opcional, não será necessário assumir qualquer categoria expletiva nula em [Spec,TP]. Sobre o Caso portado pelo DP pós-verbal, vamos assumir que se trata de Caso partitivo, no sentido proposto por Belletti 1988 e Lasnik 1995, a ser checado contra o traço do mesmo tipo de Caso presente em *v*.<sup>8</sup> Não serão aqui relevantes os detalhes de implementação técnica a que devemos recorrer para garantir a verificação desse traço de Caso. Assumiremos simplesmente que, quando em [Spec,TP], o DP deve portar o traço de Caso nominativo, e quando numa posição interna à projeção de *v* estativo, o Caso em jogo é o partitivo.

A realização daquela locativa em (23b) com *estar*, que repetimos em (28a) a seguir, se dá como indicado em (28b). Nessa derivação, o DP não deve portar Caso partitivo, mas Caso

<sup>7</sup> O termo EPP advém de *Extended Projection Principle* (Chomsky 1981), pelo qual se estipulava a necessidade de *Infl* ocorrer com um especificador. Em Chomsky 1995, o EPP é interpretado como a manifestação de um traço D-forte em T(empo), com este requerendo um DP como seu especificador para o apagamento do traço respectivo. A partir de Chomsky 1998, sugere-se que outros núcleos além de T também podem trazer o EPP. Estudos recentes têm sido propostos no sentido de ‘afrouxar’ o requerimento desse traço na modelagem de diferentes gramáticas (por exemplo, Viotti 1999 para o português brasileiro, Wurmbrand 2004 para o alemão e o holandês, e Boskovic 2001, 2004 para o inglês). No presente trabalho, seguindo particularmente a proposta de Viotti 1999, assumimos que o EPP no português brasileiro consiste num traço opcional; conseqüentemente, dentro dessa assunção, sua gramática não precisa recorrer a *pro*-expletivo para derivar sentenças impessoais.

<sup>8</sup> Nos termos de Belletti 1988, a presença de Caso partitivo pode explicar, por exemplo, a necessidade de o constituinte nominal pós-verbal em sentenças existenciais ser predominantemente um constituinte nucleado por um determinante indefinido. Há, contudo, propostas que argumentam contra abordagens dessa natureza. Para possíveis problemas à assunção do Caso partitivo em português brasileiro, encaminhamos o leitor para o debate introduzido em Viotti 1999, 2002, onde se defende a manifestação de Caso acusativo, e não o inerente partitivo, entre as construções existenciais com *ter*.

nominativo (a ser checado em [Spec,TP]), e T deve trazer o EPP, de modo a exigir um constituinte em seu especificador. Nas mesmas condições que assumimos para a derivação da sentença existencial, não deverá existir qualquer matriz fonológica correspondente a *estar* na estrutura. Seguindo propostas como as de Bobaljik 2000, Carstairs-McCarthy 2001 e Embick 2003, que exploram a idéia de que condições de localidade direcionam a qualidade da matriz fonológica a ser inserida na estrutura, vamos assumir o conjunto de especificações em (29) a seguir: quando associado a T<sub>EPP</sub>, *v* se realiza como *estar*, e quando a T, como *ter*.<sup>9</sup> Essa abordagem traz a vantagem de explicar a razão do paralelismo temático entre construções com *ter*-existencial e *estar*: a categoria abstrata que está na base da realização de ambos (a versão estativa de *v*) é a mesma, com a diferença que determina a inserção de um ou outro verbo recaindo sobre fatores de ordem morfosintática, e não semânticas.<sup>10</sup>

---

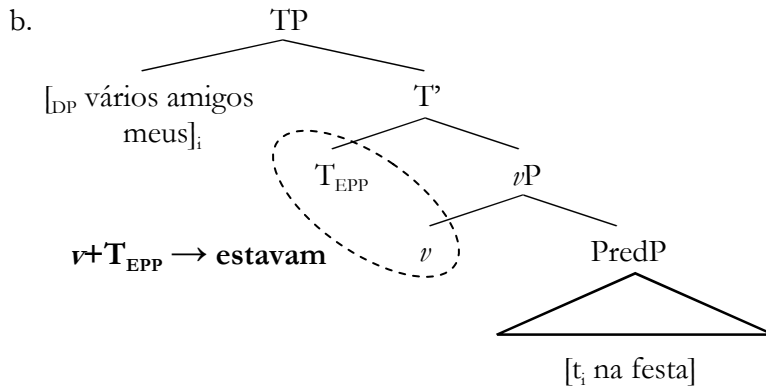
<sup>9</sup> A implementação dessa proposta não se dá sem maiores percalços. Uma questão problemática, por exemplo, diz respeito a casos de *estar* com sujeito posposto, em construções que podem ser tomadas como paráfrases às realizadas com *ter*-existencial, como aquelas que seguem.

- (i) a. Estavam vários amigos meus na festa.  
b. Tinha vários amigos meus na festa.
  
- (ii) a. Estão três alunos ali no corredor desde cedo querendo falar com a professora.  
b. Têm três alunos ali no corredor desde cedo querendo falar com a professora.

Se a realização de *estar* estiver realmente condicionada à manifestação do EPP em T, como explicar a ocorrência deste verbo naquelas construções em que parece não existir nenhum elemento em [Spec,TP], como nos casos (ia)-(iia)? Uma saída seria assumir que *estar* se move para uma posição mais alta (digamos, para C), após o DP ser alocado em [Spec,TP] para a satisfação do EPP, resultando na realização do sujeito como um constituinte posposto. Essa possibilidade, contudo, é rejeitada em Avelar 2004. O autor argumenta que, nesses casos, o traço D-forte em T (se o EPP for assumido como sendo dessa natureza) pode ser satisfeito pelo movimento exclusivo dos traços da categoria D do DP pós-verbal, num sentido similar ao proposto em Kato 2000. Para uma discussão mais detalhada, dirigimos o leitor para o Capítulo 2 de Avelar 2004 e para as propostas recentes de Kato 2000,2002 em torno da ordem VS no português brasileiro.

<sup>10</sup> Obviamente, isso não quer dizer que não existam diferenças semânticas entre as construções com *ter* e *estar*. Em Avelar 2004, são apresentados e discutidos vários casos que trazem diferenças robustas de ordem discursivo-pragmáticas (em geral, associadas a questões de natureza temporal-aspectual) entre o emprego dos dois verbos em construções locativas e possessivas. Contudo, o autor propõe que essas diferenças não são ‘enxergadas’ pela sintaxe, mas apenas pelo Componente Conceptual, o qual é ‘alimentado’ por informações do chamado *conhecimento enciclopédico*, nos termos que vêm sendo defendidos pela Morfologia Distribuída (ver, por exemplo, Harley & Noyer 2003). Uma vez que o Componente Conceptual deve avaliar também o *output* do Componente Fonológico, onde a matriz fonológica de *ter* e *estar* já se encontram inseridas, a ocorrência de um ou outro item pode promover diversos efeitos no âmbito discursivo-pragmático, ainda que esses itens não tenham qualquer manifestação na Forma Lógica.

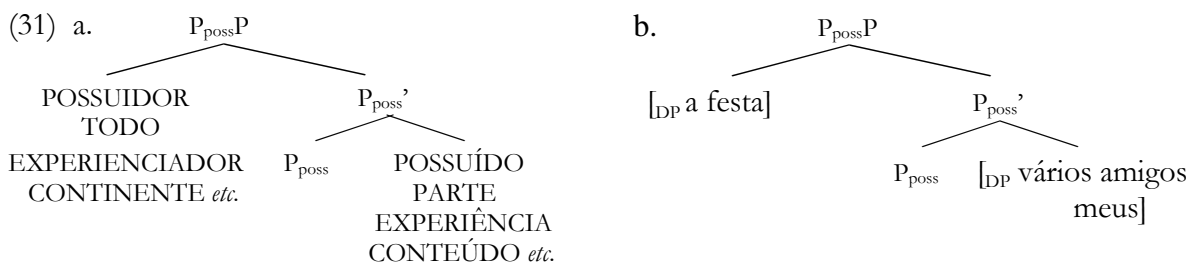
(28) a. Vários amigos meus estavam na festa.



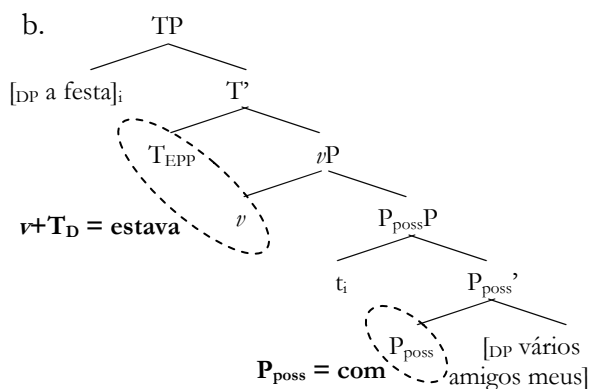
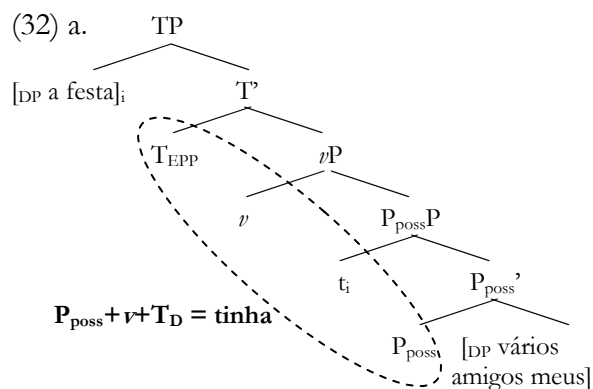
(29)  $v \leftrightarrow ter / \text{---}T'$   
 $v \leftrightarrow estar / \text{---}T_{EPP}$

Consideremos agora as sentenças possessivas em (23c)-(23d), repetidas em (30) a seguir, com *ter* e *estar com*, respectivamente. Seguindo propostas como as de Harley (2001), assumamos que línguas como o português brasileiro derivam suas construções possessivas a partir de uma preposição abstrata  $P_{\text{poss}}$ . Assumamos também que  $P_{\text{poss}}$  pode ser o núcleo semântico da relação expressa em PredP: na posição de especificador de  $P_{\text{poss}}$ , é inserido um elemento que é interpretado como POSSUIDOR/TODO/EXPERIENCIADOR/CONTINENTE *etc.*, enquanto um elemento interpretado como POSSUÍDO/PARTE/EXPERIÊNCIA/CONTEÚDO *etc.* é inserido como complemento dessa preposição. Devemos ter então uma estrutura genérica como a representada em (31a) a seguir. Se esta proposta estiver correta, tanto a construção apresentada em (30a), realizada com *ter*, como aquela em (30b), realizada com *estar com*, partirão de um objeto como aquele representado em (31b): o DP *a festa* vai ser interpretado, digamos, como *continente*, e o DP *vários amigos meus*, como *conteúdo*.

(30) a. A festa tinha vários amigos meus.  
 b. A festa estava com vários amigos meus.



A derivação prossegue, com o DP *a festa* sendo movido para [Spec, T<sub>EPP</sub>], como nas duas representações em (32). Há, pelo menos, duas situações possíveis no que diz respeito à condição de P<sub>poss</sub> quando o processo de inserção vocábular se efetiva: ou ele se encontra amalggado a  $v+T_{EPP}$ , formando o complexo P<sub>poss</sub>+ $v+T_{EPP}$ , como em (32a), ou se encontra apartado de  $v+T_{EPP}$ , tendo disponibilidade para ser realizado independentemente, como em (32b). No primeiro caso, a matriz fonológica inserida na derivação deverá ser a de *ter*, com nenhuma informação fonológica sendo inserida para P<sub>poss</sub>; no segundo, dado o conjunto de especificidades já estabelecido em (29), a entrada vocábular acessada para  $v$  é a de *estar*, e para P<sub>poss</sub>, a de *com*. Às duas especificações apresentadas em (29) deverá ser juntada, então, uma terceira, que vai determinar a inserção de *ter*-possessivo, como indicado em (33) a seguir.



- (33)
- $v \leftrightarrow ter / \text{---}T$
  - $v \leftrightarrow estar / \text{---}T_{EPP}$
  - $v \leftrightarrow ter / P_{\text{poss}}\text{---}T_{EPP}$

Podemos tratar essas especificações a partir de *elsewhere condition*, nos termos propostos por Halle & Marantz 1993: *estar* vai corresponder à matriz fonológica de  $v$  quando essa categoria se encontra numa situação mais restrita (aquela em que  $v$  se associa exclusivamente a T<sub>EPP</sub>), e *ter* vai ser inserido nas outras duas situações. Aquelas especificações em (29) e (33) podem, então, ser redefinidas como em (34) a seguir.

- (34)
- $v \leftrightarrow estar / \text{---}T_{EPP}$
  - $v \leftrightarrow ter$

Esse esquema trata a realização de *ter* como menos especificada com relação à de *estar* para a seleção da matriz fonológica correspondente a  $v$ . Na próxima seção, discutiremos o suposto *status* do verbo *haver* nesse conjunto de especificações, voltando-se para o estágio da língua em que a matriz fonológica desse verbo era a forma selecionada para  $v$  estativo em contextos existenciais.

## 5. Formalizando a mudança

De que forma o português brasileiro mudou de um paradigma em que eram necessárias três diferentes matrizes fonológicas – *haver*, *estar* e *ter* – para um paradigma em que apenas dois verbos – *estar* e *ter* – são suficientes para dar conta daqueles padrões sentenciais exemplificados em (23)-(24)? Antes de sugerirmos uma resposta, é necessário identificar, para os estágios anteriores da língua, as condições de inserção para cada tipo de matriz fonológica. Uma vez que parece não ter havido mudanças substanciais no padrão de sentenças possessivas, copulativas e locativas com relação a estágios anteriores do português no Brasil, é provável que, para *ter* (em construções possessivas) e *estar*, as condições remetessem à presença de  $P_{\text{poss}}$  (para o caso exclusivo de *ter*) e  $T_{\text{EPP}}$  quando se dava a inserção vocabular. Mas, como apontado em (35) a seguir, qual era a condição imposta para a realização de *haver* nas estruturas que se manifestavam como existenciais, e que, até o século XIX, não se realizavam com *ter*?

- (35)  $v \leftrightarrow \textit{haver} / ?$   
 $v \leftrightarrow \textit{estar} / \text{ \_\_\_\_\_\_ } T_{\text{EPP}}$   
 $v \leftrightarrow \textit{ter} / P_{\text{poss}} \text{ \_\_\_\_\_\_ } T_{\text{EPP}}$

Um ponto a ser explorado reside na idéia de que o traço EPP em T, opcional no português brasileiro contemporâneo, não o era no português falado no Brasil num período anterior ao século XIX. Uma questão de natureza semelhante é tratada em Ferreira 2000, para quem existe uma opcionalidade envolvendo traços- $\varphi$  (responsáveis pela marcação de número, gênero e pessoa) sobre traços condensados em T, opcionalidade essa resultante do processo de empobrecimento da flexão verbal.<sup>11</sup> O autor argumenta que, como consequência do enfraquecimento de concordância, o núcleo T finito ( $T_{\text{fin}}$ ) no português brasileiro deixou de ser um portador obrigatório do conjunto completo de traços- $\varphi$  que garante a checagem do traço de Caso nominativo não-interpretável presente num DP. Assim, haveria no português brasileiro contemporâneo um  $T_{\text{fin}}$  completo e um  $T_{\text{fin}}$  incompleto, o segundo incapaz de apagar o traço de Caso no DP. Dentro do pressuposto de Viotti 1999, que estamos assumindo acerca da opcionalidade de EPP (ver a seção 4), podemos considerar que uma mudança paralela se deu

---

<sup>11</sup> Em linhas gerais, Ferreira 2000 argumenta que a diferença entre a gramática do português europeu e a do português brasileiro na derivação de construções como a que segue em (ia) é que a primeira recorre a pro-referencial, como indicado em (ib), e a segunda, ao movimento do DP-sujeito da oração encaixada para a oração principal (com a cópia mais baixa sendo apagada no Componente Fonológico), como em (ic). O português brasileiro teria deixado de licenciar pro-referencial em função do enfraquecimento da concordância, condição que é mostrada pelo autor (não sem alguns problemas) com dados bastante robustos desta língua.

- (i) a. O professor disse que corrigiu as provas.  
b. [o professor]<sub>i</sub> disse que pro<sub>i</sub> corrigiu as provas.  
c. [o professor]<sub>i</sub> disse que [~~o professor~~]<sub>i</sub> corrigiu as provas.

exatamente no sentido de T poder ou não entrar na derivação portando esse traço formal. Se, conforme Viotti 1999 ressalta, o traço EPP e o traço de Caso nominativo no português brasileiro estão intrinsecamente relacionados (ver o Capítulo 5 de Viotti), então é plausível considerar que a opcionalidade dos traços- $\varphi$ , também associados à marcação de Caso, tenha reverberado sobre a atuação do EPP, que igualmente se tornou opcional. Ou seja, em função do processo de enfraquecimento da concordância, o português falado no Brasil passou de um estágio em que T obrigatoriamente portava o traço EPP para um estágio em que a presença desse traço deixou de ser obrigatória.

Tal como observado na história do francês, uma segunda consequência apontada por Ferreira 2000, resultante do empobrecimento da flexão, foi a perda da categoria nula *pro*-referencial ( $pro_{ref}$ ). Essa perda teria sido a responsável pelas restrições de licenciamento do sujeito nulo, que deixou então de corresponder a  $pro_{ref}$  e passou a ser instanciado como a cópia de um constituinte movido, apagada no componente fonológico. Embora o autor se ocupe apenas de mostrar essa perda no que diz respeito a  $pro_{ref}$ , podemos considerar, diante de frases como aquelas apresentadas em (36) a seguir, sem qualquer elemento na posição de sujeito, que a categoria nula *pro*-expletivo ( $pro_{exp}$ ) também foi ‘banida’ da gramática do português brasileiro. Em outras palavras, a inexistência de  $pro_{exp}$  em construções impessoais, defendida por Viotti 1999, é uma situação verificada no português brasileiro contemporâneo, mas não consistia numa propriedade de estágios anteriores dessa língua.

- (36) a. Vendia vários carros usados naquela concessionária.  
b. Seqüestra muito filho de empresário em São Paulo.  
c. Usa todo tipo de biquíni nas praias do Rio de Janeiro.  
d. Limpa qualquer mancha quando (você) lava roupa com sabão Omo.  
e. Ontem à tarde, liberou o dinheiro do FGTS na Caixa Econômica.

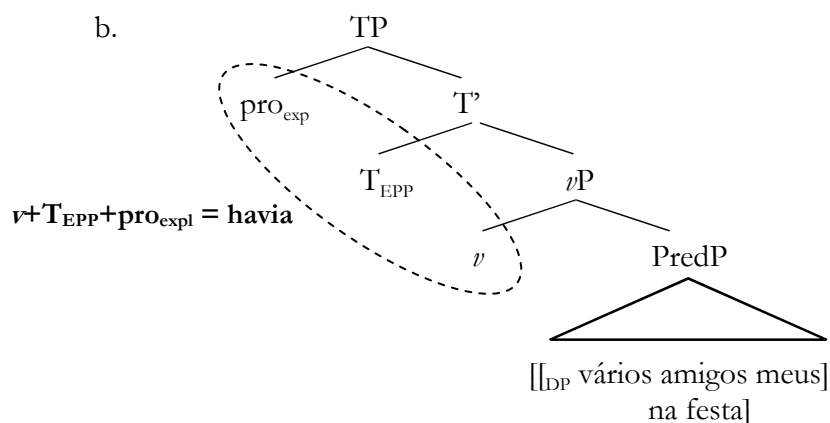
Quanto à descrição das sentenças existenciais, esses fatos apontam para o seguinte: a mudança em foco não deve ser descrita apenas como um processo caracterizado pela sobreposição de *ter* a *haver*, mas também pela perda da possibilidade de inserir  $pro_{exp}$  nos domínios de checagem do T que integra a construção existencial. E não só: como condição atrelada a essa impossibilidade, o núcleo T instanciado nas existenciais passou de um estágio em que portava obrigatoriamente o traço EPP para deixar de demonstrar esse traço num outro estágio da língua. Essa forma de encarar os fatos traz uma consequência bem-vinda na determinação das condições de inserção para *haver*, que desejamos fixar naquelas especificações apresentadas em (35): podemos incluir  $pro_{exp}$  dentro da especificação que determina a escolha de *haver* como matriz fonológica para *v*. O conjunto de especificações apresentado em (37) a seguir corresponderia, então, às condições para a inserção de *haver*, *estar* e *ter* num estágio anterior do português brasileiro (e talvez no estágio atual do português europeu), antes da sobreposição de *ter*

a *haver*. Nesse sentido, a construção existencial em (38a), realizada com *haver*, seria construída como em (38b), seguindo os requerimentos das especificações em (37).<sup>12</sup>

- (37)  $v \leftrightarrow \textit{haver} / \textit{pro}_{\text{exp}} \text{---} T_{\text{EPP}}$   
 $v \leftrightarrow \textit{estar} / \text{---} T_{\text{EPP}}$   
 $v \leftrightarrow \textit{ter} / P_{\text{poss}} \text{---} T_{\text{EPP}}$

(38) a. Havia vários amigos meus na festa.

b.



Se esta análise estiver no caminho correto, vamos ter pistas interessantes não somente para explicar a entrada de *ter* em contextos existenciais, mas também para elucidar o porquê de essa possibilidade não ter se efetivado no português europeu. Lembremos que, na seção 3, apontamos os chamados contextos opacos, apresentados em (14)-(21), os quais, conforme argumentamos, correspondem a construções possessivas que podem ser interpretadas equivocadamente por falantes do português brasileiro contemporâneo como construções existenciais. Por razões óbvias, os contextos opacos consistem na provável porta de entrada de *ter* para as sentenças existenciais, devido às dificuldades com as quais o aprendiz da língua teria se deparado diante da instanciação de uma categoria nula referencial como sujeito do verbo possessivo. Uma indagação relevante diz respeito ao porquê de esses contextos não terem permitido a efetivação do mesmo processo no português europeu, uma vez que eram (e ainda são) contextos recorrentes naquela língua (ver os dados em (19)-(21)). Nossa hipótese é a de que

<sup>12</sup> Se for mostrado que o EPP é um traço opcional (ou, de forma mais drástica, que nem mesmo precisa ser assumido) em toda língua que apresente a possibilidade de realizar sujeito nulo, não mais será necessário recorrer a *pro*-expletivo em qualquer situação. Obviamente, isto nos obrigaria a rever toda a implementação técnica que ora estamos propondo, na qual assumimos a existência de *pro*-expletivo para uma fase anterior do português brasileiro. Mesmo com os problemas que surgirão para manter de pé a nossa análise, estamos abertos a tal revisão, uma vez que, para um modelo de linguagem que se propõe *minimalista*, parece-nos bem-vinda a exclusão de categorias cuja motivação se deva simplesmente à idiosincrasias técnicas internas ao próprio modelo, e não a fatos de ordem conceptual que venham a caracterizar verdadeiramente o conjunto de propriedades de uma língua.



houve a confluência de dois fatores para determinar a mudança no português do Brasil, mas não no da Europa. O primeiro é a perda de  $pro_{ref}$  no português brasileiro, como defendido por Ferreira 2000, por razões que já destacamos. Considerando o processo de aquisição da linguagem, podemos pensar que um aprendiz da língua sem  $pro_{ref}$  tendo construções com *ter* como aquela em (39) a seguir em seu *input*, não poderá interpretá-las como casos de instanciação de sujeito nulo. Em outras palavras, para o aprendiz do português brasileiro, é impossível fornecer uma interpretação possessiva para frases dentro desse padrão. Uma vez encerradas no *input* de um indivíduo sem  $pro_{ref}$ , ele deverá encontrar os recursos disponíveis em seu ‘*software* lingüístico’ para fornecer a tais construções uma interpretação adequada.

(39) pello dito Capitam Sebastião Mendes da Silveira me foi dito em prezensa delle testemunhas ao diante nomeadas e assignadas, que **elle** esta de posse paçifica do Emgenho e terras que **tinha** na guaratiba – 1660

O segundo fator advém do nítido paralelismo semântico demonstrado entre sentenças existenciais e possessivas. Esse paralelismo não consiste num fato restrito a um número fechado de gramáticas; pelo contrário, há fortes indícios de que esteja radicado em propriedades cognitivas da mente humana, uma vez que todas as línguas naturais parecem demonstrá-lo (ver, por exemplo, a abordagem de Heine 1997 e o capítulo 1 de Avelar 2004). Estudos como os de Freeze 1992, Hornstein, Rosen & Uriagereka 2002 e Szabolcsi 1994 são alguns dos que se ocupam, em maior ou menor grau, da sistematização da identidade semântica entre as expressões de posse e existência. No caso do português europeu, por exemplo, essa diferença fica nítida em casos como os que seguem.

- (40) a. Há praias belíssimas em Lisboa.  
b. Lisboa tem praias belíssimas.
- (41) a. Havia poucos livros na biblioteca.  
b. A biblioteca tinha poucos livros.

Como base em paralelismos dessa natureza, o indivíduo sem  $pro_{ref}$  ao se deparar com uma frase como aquela em (39) no seu *input*, foi levado a interpretá-la como existencial, saída que parece a menos ‘custosa’ e ‘prejudicial’ para determinar um valor possível, que não o possessivo, para o verbo *ter*. Dizemos menos ‘custosa’ e ‘prejudicial’ em função do compartilhamento de propriedades semântico-sintáticas entre construções possessivas e existenciais, das quais nos ocupamos brevemente na seção 4. Isto significa que conferir um significado existencial para as possessivas com *ter* parece ser o recurso que provoca menos erosão no significado original da sentença. Conseqüentemente, *ter* adquiriu uma nova especificação para condicionar sua inserção em  $\nu$ , determinada como em (42a) a seguir, além da condição que já possuía (a apresentada em (42b)). É importante frisar que o falante teve de encontrar uma saída não apenas para a ausência

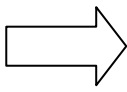
de  $pro_{ref}$ , mas também adquirir uma lista de especificações na qual T passa a apresentar um conjunto incompleto de traços (no caso, o traço EPP estará ausente), condição que, conforme apontamos, seria resultante do processo de enfraquecimento da concordância.

- (42) a.  $v \leftrightarrow ter / \text{ \_\_\_\_\_\_ } T$   
 b.  $v \leftrightarrow ter / P_{poss} \text{ \_\_\_\_\_\_ } T_{EPP}$

Precisamos ainda determinar o que teria levado o sistema a excluir a matriz fonológica de *haver* do acervo de realizações possíveis para *v*. Retornando à formalização proposta na seção 2, essa busca equivale a determinar as razões pelas quais o aprendiz do português brasileiro alterou de 0 para 1 o valor de POSSESSIVO=EXISTENCIAL (ou seja, passou a empregar uma mesma matriz fonológica – a de *ter* – em dois contextos distintos). Notemos que, se também perdemos  $pro_{exp}$ , conseqüentemente a especificação apresentada para *haver* em (37), repetida a seguir, terá de ser excluída do sistema. Ou seja, *haver* foi suprimido em função de o sistema ter dispensado o emprego de  $pro_{exp}$ .

- (43)  $v \leftrightarrow haver / pro_{exp} \text{ \_\_\_\_\_\_ } T_{EPP}$

Cabe indagar se a descaracterização de *haver* como matriz fonológica de *v* se deu no mesmo período em que *ter* passou a ser empregado como verbo existencial, ou se *ter* e *haver* ficaram em variação durante um certo período. Essa questão deve passar por reconhecer se  $pro_{exp}$  foi perdido no mesmo período em que  $pro_{ref}$ , ou se numa etapa posterior do processo de mudança. Qualquer que seja a resposta, não haverá problemas em assumir o que ora propomos. Se  $pro_{exp}$  não foi perdido no mesmo período de  $pro_{ref}$ , então o conjunto de especificações como o que segue em (44) à esquerda deve ter existido até a eliminação de  $pro_{exp}$  pelo sistema, espaço de tempo que deve coincidir com o da variação entre *ter* e *haver*. A diferença residiria numa singularidade do traço T: entre as existenciais que se realizavam com *haver*, o traço T que entra na estrutura deveria portar o EPP e, logo, exigiria um  $pro_{exp}$  em seu domínio de checagem; já as existenciais com *ter* vão consistir em sentenças cujo T não porta o EPP, de modo que  $pro_{exp}$  não precisa entrar na estrutura. O que nos parece certo é que, no sistema do português brasileiro contemporâneo, fixado como em (44) à direita, a especificação para *haver* não pode mais existir, exatamente por esta língua ter excluído a possibilidade de instanciação de  $pro_{exp}$ .

- (44)
- |   |   |  |
|---|---|--|
| $v \leftrightarrow haver / pro_{exp} \text{ \_\_\_\_\_\_ } T_{EPP}$<br>$v \leftrightarrow estar / \text{ \_\_\_\_\_\_ } T_{EPP}$<br>$v \leftrightarrow ter$ |  | $v \leftrightarrow estar / \text{ \_\_\_\_\_\_ } T_{EPP}$<br>$v \leftrightarrow ter$ |
|---|---|--|

E o que dizer sobre o emprego de *haver* no sistema do português brasileiro contemporâneo, ainda que em contextos restritos? É perfeitamente válido argumentar contra a

abordagem aqui proposta, exatamente em função de *haver* ainda ocorrer no português brasileiro, em construções aceitáveis, embora numa frequência absolutamente menor que a de *ter*. Contudo, conforme assinalamos na seção 3, existem indícios bastante fortes de que *haver* deixou de ser um verbo existencial funcional para se tornar um verbo existencial substantivo. Posto em termos mais técnicos, a matriz fonológica de *haver* não foi excluída do acervo de itens do português brasileiro, mas deixou de corresponder a *v*, tornando-se uma forma verbal como a maioria das existentes na língua, sem necessitar de especificações pós-sintáticas para determinar sua inserção na estrutura. À luz dessa proposta, o verbo *haver* teria sido obrigado a migrar do inventário de itens vocabulares funcionais, onde residia ao lado de *estar*, *ser* e *ter*, para o inventário de itens substantivos, ao lado de verbos tipicamente existenciais/apresentacionais como *existir*, *acontecer*, *ocorrer*, *aparecer* etc. Se esta hipótese for verdadeira, não mais podemos falar em variação entre *ter* e *haver* no português brasileiro, uma vez que as duas formas não mais correspondem à superficialização de uma mesma categoria.

Acerca do porquê de o português europeu não ter passado pelo mesmo conjunto de processos, a resposta é imediata dentro da análise proposta: esta língua não apresentou qualquer mudança envolvendo o licenciamento de  $pro_{exp}$  ou  $pro_{ref}$  e nem a composição de traços em T. Conseqüentemente, nenhuma mudança precisou ser operada para reajustar o paradigma das matrizes fonológicas de *v* nessa língua, que depende das informações envolvendo  $pro_{exp}$  e T para determinar a ocorrência de *haver*, *ter* ou *estar*. O português europeu manteve-se assim como uma língua 0000, condição fixada desde o século XVI (ver os quadros em (10) e (11)), por não ter experimentado, de lá para cá, processos morfossintáticos drásticos como, por exemplo, o empobrecimento do seu paradigma flexional.

Por fim, ainda uma evidência de que as pistas sugeridas estão no caminho correto é o fato de as mudanças envolvendo *ter* e *haver* terem suas primeiras manifestações no mesmo período para o qual uma série de autores, dentre eles Duarte 1995 e Tarallo 1996, identifica as primeiras mudanças associadas ao enfraquecimento da concordância. Tarallo 1996, por exemplo, em trabalho sobre o português do século XIX, defende para o período a emergência de uma gramática brasileira, com diferenças estruturais marcantes em relação à portuguesa. O uso de *ter* e a eliminação progressiva de *haver* em contextos existenciais canônicos podem consistir, portanto, em duas das diversas ramificações que caracterizam essa nova gramática. A confirmação das hipóteses que ora levantamos depende de um levantamento maior de dados do período em que a mudança envolvendo *ter* e *haver* irrompe, os quais deverão ser confrontados com outros dados que apontam para fenômenos de mudança na língua, igualmente associados ao enfraquecimento da concordância.

## 6. Considerações finais

Argumentamos neste estudo que a emergência de *ter* e a supressão de *haver* em contextos existenciais são mudanças atreladas às alterações no paradigma flexional, amplamente destacadas na literatura, que caracterizam o conjunto de inovações do português brasileiro. O desencadeamento de um e outro processo dependeu de fatores complexos que podem ter impedido o indivíduo receptor de um *input*, no processo de aquisição, de interpretar um conjunto considerável de construções possessivas da mesma forma que os falantes emissores desse mesmo *input*. Na passagem de um para outro estágio da língua (que, ao que tudo indica, ocorreu em algum ponto do século XIX), a diferença entre o abarcado pelo emissor e pelo receptor é que, devido à redução do paradigma flexional, a gramática do segundo banuiu de seu inventário as categorias pronominais nulas –  $pro_{ref}$  e  $pro_{exp}$  – necessárias na gramática do primeiro para fixar determinadas sentenças como possessivas ou existenciais. A saída encontrada pelo aprendiz da língua foi associar as construções com *ter* sem sujeito expresso ao equivalente semântico mais próximo dessas construções – o padrão existencial – e, talvez posteriormente, excluir o verbo *haver* do rol de elementos funcionais de sua gramática; conseqüentemente, foram alteradas as condições de inserção para *ter* e *haver* no sistema do português brasileiro. Se se mostrarem corretas, as hipóteses que levantamos revelam que o empobrecimento da flexão verbal teve efeitos não apenas sobre o acervo de categorias pronominais do português brasileiro, mas também, ainda que indiretamente, sobre as condições de seleção de matrizes fonológicas correspondentes à categoria abstrata que se superficializa como um verbo estativo funcional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Avelar, Juanito. 2004. *Dinâmicas morfossintáticas com 'ter', 'ser' e 'estar' em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL-UNICAMP.
- Avelar, Juanito. Em preparação. *Late insertion of 'ter' and 'estar', obligatory locative constituents, and optional EPP in T*.
- Belletti, Adriana. 1988. The Case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry* 19. 1-34.
- Benveniste, Emile. 1966. *Problemes de linguistique generale*. Paris: Gallimard.
- Bobaljik, Jonathan. 2000. The ins and outs of contextual allomorphy. Em Grohmann e Struijke, *Proceedings of the 1999 Maryland Mayfest on Morphology*, 35-71.
- Boskovic, Zeljko. 2001. *A-movement and EPP*. Ms.
- Boskovic, Zeljko. 2004. *On the locality of move and agree: eliminating the activation condition, generalized EPP (strenght), and the phase-impenetrability condition*. Ms.
- Callou, Dinah e Juanito Avelar. 2000. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá* 9. 85-114.
- Callou, Dinah e Juanito Avelar. 2002. Estruturas com 'ter' e 'haver' em anúncios do século XIX. Em Alkmim, *Para a história do português brasileiro*, Vol. III. São Paulo: Humanitas-USP. 47-68.

- Callou, Dinah e Juanito Avelar. 2003. 'Ter' and 'haver' in the history of Portuguese: the appearance of 'ter' in existential environments. Comunicação apresentada no NWAVE 32, na Universidade da Pensilvânia, outubro/2003.
- Carstairs-McCarthy, Andrew. 2001. Grammatically conditioned allomorphy, paradigmatic structure, and the ancestry constraint. *Transactions of the Philological Society* 99. 223-245.
- Clark, Eve. 1978. Locational: existential, locative and possessive constructions. Em Greenberg (ed), *Universal of human languages*, V. 4. Stanford: Stanford University Press, pp 85-126.
- Clark, Robin e Ian Roberts. 1993. A computational model of language learnability and language change. *Linguistic Inquiry* 24. 294-345.
- Chomsky, Noam. 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrecht, The Netherlands: Foris Publications.
- Chomsky, Noam. 1995. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press.
- Chomsky, Noam. 1999. *Derivations by phase*. Ms.
- Chomsky, Noam. 2000. Minimalist inquiries. Em Martin, Michaels e Uriagereka. *Step by step: Essays on minimalism in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Mass.: MIT Press, pp. 89-155.
- Chomsky, Noam. 2001. Beyond explanatory adequacy. *MIT working papers in Linguistics* 20. 1-28.
- Duarte, Eugênia. 1995. *A perda do princípio 'Evite Pronome' no português brasileiro*. Tese de Doutorado. IEL-UNICAMP.
- Eleutério, Sílvia. 2003. *A variação ter/haver: documentos notariais do século XVII*. Tese de Doutorado. FL-UFRJ.
- Embick, David. 2003. Locality, listedness, and morphological identity. *Studia linguistica* 57. 143-169.
- Embick, David e Rolf Noyer. 2001. Movement Operations after Syntax. *Linguistic Inquiry* 32. 555-595.
- Ferreira, Marcelo. 2000. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL-UNICAMP.
- Franchi, Carlos, Esmeralda Negrão e Evani Viotti. 1998. Sobre a gramática das orações impessoais com *ter/haver*. *D.E.L.T.A.* 14. 105-131.
- Freeze, Ray. 1992. Existential and other locatives. *Language* 68. 553-595.
- Galves, Charlotte. 1996. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. Em Roberts e Kato, *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 387-408.
- Galves, Charlotte. 2001. *Ensaios sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Hale, Keneth e Samuel Keyser. 1993. On argument structure and the lexical representation of syntactic relations. Em Hale e Keyser, *The view from building* 20. Cambridge: MIT Press, pp. 53-109.
- Halle, Morris e Alec Marantz. 1993. Distributed Morphology and pieces of inflection. Em Hale e Keyser, *The view from building* 20. Cambridge: MIT Press, pp. 111-176.
- Harley, Heidi. 2001. *Possession and double object construction*. Extraído em 10/10/2003 de <http://linguistics.arizona.edu/~harley>.
- Harley, Heidi e Rolf Noyer. 2003. *Distributed Morphology*. Extraído em 09/09/2003 de <http://linguistics.arizona.edu/~harley>.
- Heine, Bernd. 1997. *Possession: cognitive sources, sources and grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hornstein, Norbert, Jairo Nunes e Kleanthes Grohmann. A sair. *Understanding minimalism: An introduction to minimalist syntax*.
- Horstein, Norbert, Sara Rosen e Juan Uriagereka. 2002. *Integrals*. (Disponível em 11/10/2002 em <http://www.ling.umd.edu/Uriagereka/papers.html>)
- Kato, Mary. 2000. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. Em Kato e Negrão. *The null subject parameter in Brazilian Portuguese*. Frankfurt: Vervuert-LatinoAmericana, pp. 223-258.

- Kato, Mary. 2002. The reanalysis of unaccusative constructions as existentials in Brazilian Portuguese. *Revista do Gel* – Número especial. 50º Seminário em memória de Carlos Franchi. 157-184.
- Kato, Mary. 2004. Desvendando a gramática do português brasileiro. Em Albano, Coudry, Possenti e Alkmim, *Saudades da língua*. Campinas: Mercado de Letras / IEL-UNICAMP, pp. 261-271.
- Kayne, Richard. 1993. Toward a modular theory of auxiliary selection. *Studia Linguistica* 47. 3-31.
- Larson, Richard. 1988. On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19. 335-391.
- Lasnik, Howard. 1995. Case and expletive revisited: on greed and other human failings. *Linguistic Inquiry* 16. 615-633.
- Lyons, John. 1968. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1989. *Estruturas trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1996. A variação haver/ter. Em Mattos e Silva (ed), *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UEFS/CNPq, 181-194.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1997. Observações sobre a variação no uso dos verbos *ser, estar, haver, ter* no galego-português ducentista. *Estudos lingüísticos e literários*, 19. 253-285.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2002. Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. Em Mattos e Silva e Machado Filho (eds), *O português quincentista*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 119-142.
- Ouhalla, Jamal. 1998. *Possession in sentences and noun phrases*. (disponível em 04/04/2003 em <http://www.usc.edu/dept/LAS/linguistics/semitic/pdf/ur.pdf>)
- Ribeiro, Ilza. 1996. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter, haver e ser*. Em Roberts e Kato (eds), *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 343-386.
- Ribeiro, Ilza. 2001. Sobre a perda da inversão do sujeito no português brasileiro. Em Mattos e Silva (ed), *Para a história do português brasileiro*, Vol. II, Tomo I. São Paulo: Humanitas-USP / Fapesp. 91-126.
- Ribeiro, Julio. 1914. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Roberts, Ian e Mary Kato. 1996. *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Rodrigues, Cilene. 2002. Morphology and null subjects in Brazilian Portuguese. Em Lightfoot (ed), *Syntactic effects of morphological changes*. Oxford: Oxford University Press, 160-178.
- Seki, Lucy. 2000. *Gramática do Kamaiurá – Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Starke, Michal. 1995. On the format for small clauses. Em Cardinaletti e Guasti. *Small Clauses – Syntax and Semantic* 28. San Diego: Academic Press, pp. 237-270.
- Szabolcsi, Anna. 1994. The noun phrase. Em Kiefer e Kiss, *The syntactic structure of Hungarian*. *Syntax and Semantics* 27. San Diego: Academic Press, pp. 179-274.
- Tarallo, Fernando. 1996. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. Em Roberts e Kato (eds), *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 35-68.
- Torres Morais, Maria Aparecida. 1996. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e Caso nominativo no português do Brasil. Em Roberts e Kato (eds), *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 263-306.
- Viotti, Evani. 1998. Uma história sobre *ter* e *haver*. *Caderno de Estudos Lingüísticos* 34. 41-65.
- Viotti, Evani. 1999. *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP.
- Viotti, Evani. 2002. Sobre o efeito de definitude nas sentenças existenciais. *Revista do Gel* – Número especial. 50º Seminário em memória de Carlos Franchi. 127-153.

Wurmbrand, Susan. 2004. *Licensing case*. (disponível em 14/12/2004 em <http://www.wurmbrand.uconn.edu/research/files/Agree.pdf>)